Teatro Amazonas (I) Primeira Fase - Governo Provincial
(Mário Ypiranga Monteiro)

A Comunidade Citadinas em 1870. Já a essa altura o povo de Manaus, capital da Província do Amazonas, conhecia as várias formas de expressão dramatúrgica. Inclusive as chamadas diversões de salão, o ilusionismo. Conhecia teatro não somente de leitura de peças italianas, espanholas, francesas, inglesas, mas também pelas representações levadas a cabo nos dois péssimos teatros existentes: o famoso "Thalia" teatro de madeira, na então praça de Tamandaré, e o "Éden Teatro" na praça de Dom Pedro II e o teatrinho da Beneficiente Portuguesa na praça de Uruguaiana. No primeiro, além dos melodramas cantavam-se óperas e operetas líricas. No segundo apresentavam-se pequenas farsas, alegorias, potaches, facécias, duetos, mimos e os já consagrados autos religiosos, que iam do mistério ao pastoril. A vocação do povo para a arte, na qualidade de auditor e de participante, autorizava a necessidade de substituir-se o exíguo teatro de madeira por edifício que honrasse a cultura em processo. Num teatro maior, melhor condicionado, as companhias líricas que orientassem seus interesses para a enriquecida Província afluiriam com mais freqüência e seleção no elenco e no repertório. Assim ajuizavam os homens de pensamento daquele tempo.

A situação Econômica da Província do Amazonas. Possibilita a implantação rápida e definitiva de vários melhoramentos e até de audaciosos projetos, porque a propaganda que se fazia na Europa, em revistas e jornais, era ao mesmo tempo para efeito de acelerar a colonização estrangeira e abrir mercado compensador para efeitos e testes científicos e sociais. Passamos do longínquo teatro religioso das Missões, de efeito apenas catequético, para as tentativas bem sucedidas do grande teatro. Os grupos teatrais formados em Manaus à época garantiam a sucessão periódica ou sazonal dos cartazes domésticos. A cidade já possuía, entre outros, os hotéis DE FRANÇA, UNIÃO, EUROPA, que se blasonavam de superiores ao da Corte, hospedaram todavia grandes personalidades, do tipo, para exemplo, do poeta maranhense Sousândrade, chegado em 1870. Havia vários ateliers fotográficos (conquista que não existia em muitas cidades do país), vários jornais, restaurantes franceses, casas de modas, armazéns, ruas em parte calçadas à pedra tosca, pontes de madeira, alguns igarapés decantados, e coisa sensacional na década de noventa, um sistema de transporte urbano-suburbano com capacidade para transportar passageiros do bairro de Flores para o centro (praça do Comércio) e vice-versa. Esse transporte era constituído do locomóvel arrastando jardineiras e como não podia deixar de ser, sobre ele corriam apetitosas facécias que publicamos na nossa compendiosa obra TEATRO AMAZONAS. Muitos prédios nobres honraram a cidade: Catedral, Enfermaria

Militar de São Vicente-de-Fora, Quartel do Terceiro de Artilharia-a-Pé, Palácio do Governo, Forum, Edilidade, Alfândega e Correios, Seminário Episcopal, Igreja dos Remédios, etc. Uma companhia de navegação a vapor foi idealizada e funcionou perfeitamente para a América do Norte. Depois foi fundada outra para a Europa.

O Projeto de construção do Teatro Amazonas. É de autoria do deputado provincial Antônio José Femandes Júnior, datado de 21 de maio de 1881, apresentado à Assembléia Provincial Amazonense. Orçado primeiramente em sessenta contos de réis, depois de longas discussões abriu-se o crédito de cento e vinte contos de réis, com que se pretendia dar inicio à obra. A planta do Teatro Amazonas se originou da publicação da lei 593 de 29 de maio daquele ano. Os projetos apresentados foram de Carlos Celeste Saccardi, orçado em duzentos e quarenta e nove contos, oitocentos oitenta e três mil duzentos e noventa réis(249:883$290) e a outra do Gabinete Português de Engenharia de Lisboa, representado pelo comerciante Bemardo Antônio de Oliveira Braga, na importancia de quinhentos contos de réis (500:000$000). Venceu este, alegando-se que o primeiro omitia a construção das fachadas laterais e posterior, não fazia referência ao emboço, reboco, caiação e pintura; idem ao assoalho e forro da platéia, ladrilhos da entrada e do saguão, mão de obra da armação da cúpula, além de calcular muito por baixo o preço corrente da alvenaria e do forro a serem empregados. A planta vencedora está assinada por Jorge dos Santos e Felipe Monteiro, datada de Lisboa, 4 de outubro de 1882, com as chancelas do representante Antônio de Oliveira Braga e da testemunha Pais Sarmento.

O primeiro local escolhido para a construção do Teatro Amazonas. Foi a antiga rocinha de propriedade do tenente-coronel Antônio Lopes de Oliveira Braga, situada na atual praça de São Sebastião, indicada pelo deputado provincial J. Meireles a 28 de maio de 1883. Deu-se preferência ao quarteirão contíguo à praça de Paiçandu (trecho atual das avenidas de Eduardo Ribeiro-Sete de Setembro, ruas de Enrique Martins-Saldanha Marinho e travessa do Barroso), chegando-se a desapropriar o casario naquele quarteirão. O terreno não oferecia segurança por causa dos aterros do igarapé do Espirito Santo (hoje avenida de Eduardo Ribeiro) aconselhavam os técnicos, desonerando-se de qualquer responsabilidade. E como o terreno da hoje praça de São Sebastião já estivesse preparado e em situação mais destacada, a comissão encarregada da escolha resolveu aceitá-lo.

Contratos firmados. Posta em licitação, a obra é arrematada pelo comerciante Manuel de Oliveira Palmeira de Menezes, em 1883, pela quantia de quatrocentos e noventa e três contos, quatrocentos oitenta e quatro mil, trezentos e cinqüenta e cinco réis (493:484$355). Contrato assinado a 23 de agosto de 1883. De acordo com a cláusula 35a o arrematante (que seria apenas um testa de ferro) negociou o contrato com Alexandre Dantas e este com a firma Rossi & Irmãos, da Itália, com representação no Rio de Janeiro e que já vinha concluindo vários edifícios em Manaus.

Pedra fundamental. Assentada no dia 14 de fevereiro de 1884. O representante da firma em Manaus era o conde Ermano Stradeli.

Início das obras. Em junho de 1884 os jornais de Manaus começaram a falar das obras, atrasadas por falta de pedra. A cantaria é das pedreiras da cidade, parte obtida das quedas d'água do bairro da Cachoeirinha e parte da antiga rua da Pedreira, de onde se obtinham as pedras toscas para calçamento. O vigamento de aço foi encomendado em Glasgow e veio pelo vapor brasileiro "Maranhense". Nesse ano veio a Manaus o chefe da firma Carlos Rossi, acompanhando o pessoal contratado, mestres e contra-mestres e alguns operários especializados, apenas.

Rescisão do contrato. As obras prosseguiam lentamente, visto os contratantes pretenderem a alteração do plano original. O governo provincial mandou suspendê-lo por oficio n° 24 de 11 de agosto de 1885, a fim de que se chegasse a acordo. Não sendo possível, o contrato foi rescindido por ato de 12 de janeiro de 1886, recebendo a firma a importância de trinta e nove contos, oitocentos vinte e hum mil, quatrocentos e trinta réis (39:821$430).

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura